

Síntese do Grupo de Trabalho

Estado, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares

Catia Grisa (UFRGS)

Ramonildes Gomes (UFCG)

Seguindo a metodologia que organiza as discussões dos Grupos de Trabalho nos encontros da Rede de Estudos Rurais e para atingir os objetivos propostos, convidamos todos e todas a se engajarem no debate coletivo. Lembramos que, conforme metodologia adotada pela Rede de Estudos Rurais, **não há apresentação individualizada de textos**. Todos os artigos são incorporados para fortalecer o debate em torno de **questões referentes à temática proposta para o GT**. De todo modo, compreendendo que é importante nos conhecermos e apresentarmos os temas que orientam a discussão coletiva, todos os autores e autoras terão, no início de cada sessão, 05 minutos para se apresentar e contextualizar seu trabalho (não há necessidade e não haverá espaço para apresentação de powerpoint ou similares).

As temáticas assinaladas na ementa proposta pelo GT tiveram a intenção de convidar os autores e autoras para, de modos e por experiências de pesquisas diversas, refletir sobre a relação entre **Estado, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares**, preferencialmente articulando cenários de polícrises com a atuação do Estado. Por meio de quadros institucionais e cognitivos e, estratégias políticas, os Estados formulam e implementam políticas públicas, regulam e desregulam ações, constroem e desmantelam políticas públicas. Essas diferentes configurações, por sua vez, impactam e (re)configuram diferentes sistemas alimentares, mais ou menos sustentáveis, mais ou menos saudáveis, mais ou menos justos. Esse é o foco desse GT.

Ainda que todos os artigos perpassem esse grande foco, para organizar o debate coletivo, aglutinamos os trabalhos em sessões e propomos/sistematizamos questões específicas para cada uma delas. Sabemos que os artigos não necessariamente privilegiam todas as questões aqui levantadas e propostas. Todavia, espera-se que durante as sessões, cada autor, em particular, destaque a partir de (no) seu próprio texto a melhor exemplificação ou contribuição para o Grupo e o debate coletivo.

Ainda como orientação geral, lembramos que os Estudos Rurais compreendem uma área do conhecimento reconhecida pelo seu foco temático (o rural, seus atores, processos e dinâmicas), a partir de diferentes campos disciplinares (sociologia, antropologia, economia, administração, geografia, políticas públicas, agronomia, nutrição etc.). Considerando esse caráter multidisciplinar e a oportunidade de diálogo e de aprendizados comuns que temos a partir da metodologia da Rede de Estudos Rurais, gostaríamos de convidar a todos os autores e autoras, em suas intervenções, **a compartilharem os quadros teóricos mobilizados para análise dos contextos empíricos, as contribuições e os avanços temáticos e teóricos dos artigos em relação a outros estudos similares, e as inovações e os desafios metodológicos enfrentados.**

Sessão 01: Policrise, sistemas alimentares, Estado e políticas públicas

Estamos vivendo um contexto de policrise global, compreendido como um emaranhado causal de crises em múltiplos sistemas globais, que comprometem significativamente as perspectivas da humanidade (Lawrence et al., 2024). As interações causais entre crises são significativas o suficiente para produzir danos emergentes que são diferentes de, e geralmente maiores do que, a soma dos danos que produziriam separadamente. Consequentemente, essas crises devem ser abordadas como um todo: elas não podem ser resolvidas individualmente (Lawrence et al., 2024). Crise climática, crise da biodiversidade, crise sanitária, crise energética, crise alimentar (fome e má-alimentação), crise política, crise geopolítica etc., são faces e dimensões dessa policrise global (IPCC, 2023; FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2025; Swinburn et al. 2019).

Promovendo ou sendo afetados por essas crises e suas interações, encontram-se os sistemas alimentares. Como destacado pela literatura (Preiss e Schneider, 2020; Swinburn et al. 2019; IPCC, 2019; Bricas *et al.* 2017; Haddad *et al.*, 2016; IPES-Food, 2016) e elucidado por certos trabalhos dessa sessão, os dispositivos e as dinâmicas sociotécnicas e políticas dos sistemas alimentares, desde a produção até o consumo, têm gerado e intensificado diversas crises mencionadas acima. Ao analisar as transformações no pampa do Rio Grande do Sul, Nádya Velleda Caldas, Flávio Sacco dos Anjos e Joélio Farias Maia mostram como o cultivo da soja foi modificando a paisagem, o ambiente, a alimentação e a identidade da região. Também no estado do Rio Grande do Sul, mas em uma perspectiva de mais longo prazo, Andreia Anschau, Beatriz Ribero Rocha e Erick José de Paulo Simão mostram como o Vale do Taquari foi passando por transformações demográficas, culturais, produtivas, sociotécnicas e ambientais que incrementaram a vulnerabilidade alimentar e climática, tendo sido uma das regiões mais afetadas pela crise climática em 2023 e, principalmente, em maio de 2024 que assolou o estado. Em outra ponta do Brasil, mas em dinâmicas muito similares, Milena de Oliveira Evangelista e Sergio Sauer analisam as controvérsias entre recordes produtivos e o declínio da segurança alimentar e nutricional e o incremento dos conflitos sociais e da desigualdade em um município do Tocantins, fronteira agrícola do Matopiba.

Em todos esses contextos encontramos elementos e dinâmicas mais ou menos comuns: mesmo modelo de agricultura baseado no uso intensivo de insumos e de tecnologias, produção fundamentalmente de commodities (soja no pampa e em Tocantins, tabaco no Vale do Taquari), grandes corporações à montante e à jusante da agricultura, lastro de desigualdade, ação e inação do Estado. Contudo, esses elementos, bastante frequentes nos sistemas alimentares hegemônicos em qualquer parte do mundo, se traduzem em e mobilizam e articulam redes sociotécnicas, configurações políticas e imaginários globais e territoriais. Ao chegar nos territórios, esses elementos e dinâmicas podem mobilizar atores (cooperativas locais, associações, diferentes perfis de agricultura e agricultores/as, influencers etc.), redes, estratégias, dispositivos técnicos, instrumentos de políticas públicas (isenções, flexibilizações, subsídios etc.), normas e regras, narrativas e discursos bastante específicos, em um processo de imbricamento global/territorial. Nesse sentido, uma primeira questão que levantamos para o debate diz respeito **aos atores, processos, dinâmicas e efeitos similares entre esses territórios, mas igualmente um convite à reflexão sobre como esses processos globais, bastante homogeneizantes por um lado, se**

materializam, se imbricam, se traduzem e se particularizam por meio de atores, discursos e instituições (regras, normas, políticas públicas etc.) nos territórios.

Um ator importante nesses casos e nas diferentes configurações dos sistemas alimentares é o Estado (no caso brasileiro, manifesto, na atuação, inação e discursos do Governo Federal, governos estaduais e municípios). O Estado pode atuar tanto para promover as dinâmicas dos sistemas alimentares hegemônicos acima, quanto pode estimular sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e justos. Contudo, como podemos observar em cinco trabalhos presentes nessa sessão, não raro as políticas públicas que tentam avançar na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos (com reconhecimento e valorização da agricultura familiar e sua diversidade) enfrentam resistência, dificuldades e obstáculos, seja na sua construção, seja na sua implementação.

O ensaio de Nádia Vanessa Gonçalves da Silva aborda a crise nutricional e alimentar presente nos sistemas alimentares industriais, a importância e as dificuldades (resistências) para avançar na tributação de alimentos ultraprocessados e corrobora a necessidade de subsidiar a produção e a oferta de alimentação saudável. O artigo de Elizabeth Lima Pereira, Fabiana Thomé da Cruz e Catia Grisa aborda as dificuldades de adequação das normas sanitárias para produtos de origem animal, historicamente estruturadas a partir dos padrões das grandes industriais, em atender as especificidades da agricultura familiar. Dada a dependência de trajetória das normas historicamente estabelecidas e as dificuldades de romper com relações de poder e discursos higienistas, governos estaduais procuraram construir e mimetizar estratégias institucionais alternativas (não sem dificuldades de implementação). O trabalho de Márcio Caetano A. Lopes, Armin Feiden e Alessandra Matte discute as mudanças e a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Bahia, orientada desde 2015 em princípios agroecológicos e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis. Os autores apontam que, embora essa mudança orientativa, a implementação encontra desafios em virtude de limitações estruturais das famílias e dos territórios, reduzidas capacidades estatais dos serviços de ATER e falta de articulação de políticas públicas. Por fim, os dois artigos de Maurício Polidoro, Camila Alves Rodrigues e Iorrana Lisboa Camboim discutem os processos recentes de inserção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da agricultura familiar nos planos setoriais de mitigação e de adaptação climática. Ausentes ou com dificuldades de participar das ações de mitigação a partir de 2009, o MDA e a agricultura familiar precisaram (re)conquistar espaço político, angariar visibilidade e disputar narrativas com foco na justiça climática e no reconhecimento das práticas sustentáveis. Os artigos sinalizam um conjunto de políticas públicas e instrumentos que, além de contribuição para o reconhecimento e resiliência da agricultura familiar, colocam na agenda novas configurações e bases para os sistemas alimentares.

Considerando as resistências, ainda que em diferentes intensidades, apontadas por esses trabalhos, **gostaríamos de colocar em debate as razões para as dificuldades de avançar na construção de políticas públicas que promovem sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justo.** De nossa parte, compreendemos o Estado como um campo de poder (Bourdieu, 2014; Muller, 2015; Thelen e Mahoney, 2010; Sabatier e Weible, 2007), que reflete as disputas entre diferentes ideias e interpretações sobre os sistemas alimentares; os conflitos entre distintas forças políticas, grupos de interesses, organizações e pressões presentes na sociedade; e que é influenciado pelas trajetórias históricas institucionais que oferecem tanto oportunidades como

constrangimentos; e pelas estratégias e negociações de interesses entre os atores políticos. Além disso, a atuação do Estado (com suas disputas internas) pode ser favorecida ou constrangida dependendo do contexto socioeconômico, da infraestrutura disponível, e do engajamento (ou conflito) da mídia, dos atores do mercado, e da sociedade civil. **Além de colocar em debate esses elementos, gostaríamos de explorar as estratégias políticas e midiáticas, as narrativas, as alianças e as articulações mobilizadas pelos atores, organizações e redes que procuram construir sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos. Esses atores, organizações e redes têm conseguido construir narrativas (Jones, Shanahan e Mcbeth, 2014) com capacidade comunicativa e de engajamento da sociedade? Esses atores, organizações e redes têm conseguido apresentar e disputar o imaginário sociotécnico (Jasanoff e Kim, 2015) na sociedade? Esses atores, organizações e redes têm conseguido construir alianças e articulações de modo a ampliar sua capacidade de incidência política? Esses atores, organizações e redes têm conseguido ocupar espaços políticos e institucionais estratégicos?**

Iniciamos essa seção aludindo a um contexto atual de polícrise global. Gostaríamos de aproveitar esse momento de diálogo, para colocar em debate o quanto essas políticas públicas sinalizadas acima e outras orientadas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais presentes no cenário brasileiro dialogam com essas crises. **Será que todas as políticas públicas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais se posicionam no campo da construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos? Estamos conseguindo avançar em respostas mais sistêmicas ou continuamos produzindo políticas públicas e respostas fragmentadas? Quais são os desafios técnicos e políticos para esses avanços?**

Sessão 2: Alimentação, agroecologia, segurança alimentar e nutricional: suas faces e desafios

Nessa segunda sessão do GT, agregamos os textos que percorrem as categorias de alimentação, agroecologia e segurança alimentar e nutricional como processos de encontro e negociação objetivados em ações, programas e políticas públicas no seu sentido mais amplo. Procuramos valorizar o sistema de ideias, competências, procedimentos e normatizações. Estaremos, assim, refletindo sobre proposições a serem consideradas pelas formas de constituição das ações do Estado, fundamentadas em negociação, ou não, com os que politicamente elaboram demandas. Propomos então que os autores/as invistam em ênfases analíticas sobre os próprios objetivos apontados nos artigos, procurando no diálogo problematizar sobre os modos pelos quais os atores objetivam quadros de referência culturais amplos e singulares para agir, resistir, reivindicar, enfrentar e qualificar os processos nos quais estão inseridos, enquanto possibilidades de operar mudanças sociais.

Referenciando à análise e o debate sobre tais propostas, os participantes do GT estão convidados a refletir sobre princípios de pertencimentos constituídos pela elaboração coletiva de projetos, os interesses e intencionalidades que moldam as ações e seus significados no curso da história social e no percurso que vai da elaboração da demanda à implementação das políticas. Falamos aqui especificamente dos estudos que tomam o estado do Rio Grande do Norte e seus

distintos territórios, atores e objetos de análise, nos referimos aos artigos de: Cimone Rozendo e Joana Vaz de Moura; da Giselle Borges Lima de Oliveira, Nara Camila Barbosa de Araújo e Maria Gizeli. **Objetivamente nos questionamos sobre a materialidade institucional da escala territorial nas Políticas Públicas do estado do Rio Grande do Norte: será que as ações e políticas públicas referidas nos respectivos trabalhos estão sendo mesmo operadas dentro de um recorte territorial? Ou será, que a demarcação de Territórios tem sido mais uma estratégia narrativa/semântica e ideológica, que busca reafirma a Política de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA dos Governos Lula e Dilma, reconhecendo o poder aglutinador dessa política?** Os desafios, limites e dificuldades apontadas são reveladores de um tipo de *dismantling* que se configura na mudança de intencionalidades, no desinteresse em considerar os espaços/territórios rurais como pertencentes a mesma sociedade cidadã que privilegia o urbano nas intervenções. Em conjunto, os artigos revelam distintas camadas que circundam e obnubilam a visão objetiva das questões-problemas, aqui justificada como incapacidades da própria política.

As políticas públicas atualmente fazem parte da nossa vida cotidiana. Não restam dúvidas de que o nosso comportamento individual é influenciado e, em muitos casos, determinado pelas políticas públicas. Assim nossa alimentação depende das políticas agrícolas (produção, abastecimento, comercialização, insumos, etc.), das políticas ambientais e das políticas sanitárias; assim como, do afinamento de sintonias entre atores e agências. O fato é que a todo momento somos confrontados pelas políticas públicas, geralmente como demandantes, beneficiários, implementadores, gestores, mas também como corresponsáveis por colocar na agenda (através do engajamento coletivo, por exemplo) as questões e demandas que pautam a oferta de recursos e serviços públicos, que reordenam o curso da sociedade.

Na condição de cientistas nem sempre somos chamados a ocupar lugares de decisão, mas é certo que desempenhamos um papel importante, como avaliadores e pressupostos experts qualificando o debate sobre as políticas públicas. Destacamos que grande parte dos textos fez o esforço de descrever, mais que analisar algumas políticas públicas, buscando compreender o papel do Estado, particularmente as mudanças ocorridas na forma contemporânea, dado que se verifica nas referências bibliografias utilizadas pelos diferentes autores (Jobert e Muller, 1987; Sardan, J-P, 1995; Lascoumes; Le Galès, 2012; Sabourin et al. 2021; Rossato Fagundes et al., 2024).

A incursão nessas obras revela que a compreensão da dinâmica das políticas públicas se apoia sobre a abordagem cognitiva e da ação pública como eixos analíticos, notadamente presentes nos artigos que se debruçaram sobre o PEAPO, o PMAPO, o PAA, o PNAE, a PNATER, ou seja, o Estado e seus tentáculos institucionais. Sobre esses aspectos queremos provocar os artigos dos seguintes autores: Wagner Gervazio, Wolney Felipe Antunes Junior e Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo; Flaviane de Carvalho Canavesi e Jéssica Rodrigues Pereira; e Claudielhi dos Santos Araújo e Ramonildes Alves Gomes.

Se tivermos corretas na leitura dos artigos, é possível assinalar que esses informam sobre a ideologia dos autores/as (que são também mediadores), informam sobre as estratégias de auto-promoção das instituições (ministérios, secretarias municipais e estaduais) que os empregam. Contudo, as diferentes avaliações insistem na crítica à falta de transparência, à submissão das instituições e das políticas à burocracia e aos partidos que ocupam os governos e em arranjos

patrimonialistas históricos. **O fato é que o duplo papel concernente à função do pesquisador e cientista, como mediador, ressalta injunções contraditórias, especialmente quando as evidências não são claramente apresentadas, mas que podem ser feitas agora. É sobre os desafios e contribuições dessas injunções, contradições e alinhamento ideológico entre atores-mediadores, pesquisadores-mediadores e burocratas de nível rua, presentes no cotidiano das políticas públicas para a construção de sistemas alimentares ou para o enfrentamento da segurança alimentar que gostaríamos que vocês se expressassem agora.**

Além das questões formuladas acima, merece destaque o artigo de autoria de Karen Isabel Sotero Tavares e Daniela Oliveira, que a partir de um exercício de pesquisa comparativo acerca dos avanços no processo de implementação e legitimidade da Política Estadual de Agroecologia e da Produção Orgânica no estado de Santa Catarina, as autoras dialogam com a abordagem de Kingdon (1995) que propõem a interdependência de princípios e orientações entre o referencial global e setorial de políticas públicas. **Este artigo instigou a curiosidade, uma vez que, o recorte analítico parece tomar como referencial global o estado e, referencial setorial o município, ou seja, instâncias federativas. É sobre essa aproximação criativa, entre teoria e empiria, que convidamos as autoras a refletir no espaço coletivo do GT.**

O cenário do espaço social em jogo, que consideramos importante qualificar como arena, é contingente da definição de uma política pública, desde que aceitemos por « público » o espaço central do Estado, neste caso, por oposição à esfera privada, que remete às relações interindividuais, quer dizer, sem a intervenção do Estado (Hassenteufel, 2008). Para tanto, os autores deram visibilidade a sujeitos posicionados do outro lado do ringue – no espaço da sociedade civil. São eles: as mães guardiãs da alimentação escolar, Ongs – Projeto Dom Helder; Os agricultores familiares guardiãs de Sementes; e Movimentos Sociais (ASA, MST); Os agricultores familiares/feirantes, os quais, atuando estrategicamente em rede, ou adotando formatos outros, procuram reforçar e ressignificar os vínculos de agregação e afiliação entre produtores e consumidores, rural e urbano etc. Nos artigos, as distintas experiências são reveladoras de um olhar sobre a arena, que a todo momento, desafia os pesquisadores na tarefa de conciliar, metodologicamente, situações quase contraditórias: - manter uma posição de independência, não permitindo que o alinhamento ideológico distorça a análise do objeto; - e fazer emergir as evidências empíricas que, de fato, possibilitam refletir sobre a prática da ação pública, a partir dos jogos e tensões que atravessam as políticas públicas.

A despeito das contribuições valorosas desejamos dialogar com vocês, autores e autoras: Bruna Rocha, Elizabeth Pereira Lima e Catia Grisa; Marcio Caetano A. Lopes, Armin Feiden e Alessandra Matte, sobre as questões que atravessam os artigos submetidos, quais sejam: **Como as agências implicadas atuam redefinindo vínculos com associações políticas e comunitárias de agregação dos atores destinatários (agricultores e população beneficiária em geral)? E vice-versa? Como as mudanças sociais que fazem emergir camadas até então invisibilizadas, a exemplo da interseccionalidade podem ser evidenciadas pelas pesquisas, de modo a qualificar a política, tornando-as efetivamente inclusivas?**

Sessão 3: Assentamentos, povos e comunidades tradicionais, e políticas públicas

Os artigos apresentados na Terceira Sessão do GT 1 – Estado, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares – caracterizam-se pela concentração de exercícios de pesquisa e extensão que priorizaram os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. De modo geral, buscaram analisar as condições estruturais dos assentamentos como resultado da ação e/ou inação do Estado. Trata-se de cinco trabalhos, sendo um deles orientado para análise da atuação do Programa Agroamigo/BNB no incentivo a pesca artesanal em água doce e outros quatro estudos sobre assentamentos rurais, refletindo os cenários desses espaços em diferentes estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe). Em conjunto, os artigos focalizam objetivos singulares, utilizam diferentes abordagens conceituais e diferentes recursos metodológicos, não necessariamente contraditórios. A síntese aqui apresentada irá problematizar algumas das principais características conceituais e metodológicas, além dos resultados e desdobramentos de cada um destes nos artigos; além disso, buscaremos indicar possíveis articulações entre eles e expor questões para debate e aprofundamento.

Um aspecto gratificante e que motiva a discussão dos artigos que compõem essa sessão é a retomada e a revisitação, com ênfase nos Assentamentos Rurais, e, por certo, na questão agrária, na luta pelo acesso e permanência na terra, que (re)começa a ganhar impulso na agenda dos estudos rurais, particularmente em campos temáticos da sociologia, economia e antropologia rural. O recrudescimento desse debate por parte da sociedade é entendível, mas o silenciamento na academia é inadmissível, especialmente em um momento marcado local e globalmente por crises, destacadamente, a crise ambiental, crise de desigualdades no acesso aos alimentos e crise hídrica. Então, é muito bom que tenhamos sempre pesquisadores atentos à questão agrária e as demandas prementes nos assentamentos rurais.

Iniciando pelo trabalho de Rubens de Oliveira dos Reis e Marinho Felizardo Guimarães de Oliveira, que faz uma análise descritiva sobre a presença evolutiva do microcrédito, neste caso, do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste no apoio à atividade pesqueira, particularmente aos pescadores artesanais inseridos na área de atuação do Banco (estados da região Nordeste e Semiárido). O artigo enfatiza a importância do microcrédito para o fortalecimento da pesca artesanal, enquanto uma atividade desenvolvida pela agricultura familiar, revelando como desdobramento da presença do microcrédito o impacto sobre a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda, assim como, a identidade e a cultura. Todavia, uma dimensão importante que o artigo anuncia, mas não fica evidenciado é o impacto do incremento dos recursos do microcrédito na própria segurança alimentar e nutricional dos grupos pesquisados e na criação e/ou fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis, por exemplo, no PNAE. **Como os autores chegaram a análises entre o microcrédito e a segurança alimentar e nutricional?**

A questão assinalada acima não é específica do artigo que analisa o agroamigo, como já o dissemos. Ainda que os outros quatro tenham os assentamentos rurais como lócus da análise empírica, um aspecto comum entre as pesquisas são questões que pressupõe a adoção de metodologias qualitativas – com uso de técnicas (observação e entrevistas) para complementação de dados. A rigor praticamente todos os artigos adotaram uma abordagem de pesquisa exploratória e descritiva, com uso de instrumentos quantitativos, a partir de dados secundários, complementado por pesquisa documental, evidenciando um esforço analítico para qualificar a política de crédito

tornando-a um instrumento indispensável para a construção de sistemas alimentares inclusivos e sustentáveis.

Já o artigo de Carolina Schiesari, Fábio Frattini Marchetti e Samuel Horta, cujo objetivo é analisar projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais em Assentamentos Rurais do estado de São Paulo revelou que houve avanços consideráveis nas áreas beneficiadas com o Projeto de implantação de SAFs, em termos de diversificação produtiva e de inclusão das famílias nos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, com destaque para algumas iniciativas de produção agroecológica e para o fortalecimento de instâncias de governança dos próprios assentados.

Porém, semelhante ao artigo de autoria de Kamilly Cândida Oliveira de Jesus e Dayana Cristina Mezzonato Machado, que avalia o potencial do SIGRA em três assentamentos localizados no município de Nossa Senhora da Glória em Sergipe, a continuidade e o sucessos das estratégias produtivas com vistas a produção de alimentos esbarra em problemas comuns: falta de sintonia entre políticas públicas, seja em termos de escala (município, estado ou políticas federais) ou de setores (crédito, assistência técnica, extensão, comercialização, etc.); ausência de uma política pública efetiva de Ater; e, a descontinuidade e desmantelamento que atingiu as políticas e ações públicas orientadas para as famílias agricultoras dos assentamentos de reforma agrária entre 2016 e 2022. Os pontos de contato entre esses artigos são identificados desde a bibliografia adotada sobre desmantelamento de políticas públicas e agroecologia, a saber: GRISA, C. et al., 2022; PADOVAN, M. P.; NASCIMENTO, J. S.; PEREIRA, Z. V.; ALVES, J. C.; RAMOS, F. S. 2016; até as considerações finais, uma vez que, ambos denotam preocupações com ações que assumam efetivamente a construção de sistemas alimentares sustentáveis como uma ação necessária, e com as emergências climáticas. Em comum, destaca-se também o fato de adotarem metodologias quantitativas, com o pressuposto de avaliar processos, o que é uma dimensão importante da política, mas limitado para superação dos desafios apresentados (mudanças climáticas, intempéries) e apontar soluções no curto prazo. **O questionamento que fazemos é: o que vocês prospectam como caminhos para as respectivas pesquisas e para os achados revelados pelas pesquisas?**

Alison Fernando Jeronymo Eduardo, Vinicius Piccin Dalbianco, Pedro Emanuel Peres Dian apresentam um artigo, com caráter descritivo sobre os resultados de uma pesquisa com uso do SIGRA em Santana do Livramento, enquanto um instrumento metodológico para produzir diagnósticos, avaliar e aperfeiçoar, corrigir e redefinir ações extensionistas e de ATES. Seguindo a mesma estrutura de trabalho, ou seja, relatório de pesquisa, tem-se o artigo de Inayna dos Santos de São Sabas, Fausto Pereira Rocha Pitta de Azevedo, Francisco Lindoval de Oliveira, o qual toma como objeto empírico o PA Campo Alegre, no município de Nova Iguaçu-RJ. Embora os artigos tenham assinalado objetivos interessantes como analisar a resiliência das famílias assentadas, o compromisso com a produção de alimentos (grãos, hortaliças, leite etc) e o potencial dos assentamentos para aumentar a produção, assegurando qualidade e capacidade de impactar a insegurança alimentar em seus respectivos territórios, a maneira como os dados são apresentados, enfatizando a descrição, despertam ainda mais curiosidades, uma vez que os autores, ao imergir nos espaços sociais de pesquisa, vivenciaram e se depararam com dificuldades no tocante à insegurança hídrica, falta de saneamento básico, dificuldades dos assentados de participarem dos mercados institucionais, etc. Assumindo que os dados revelam uma dimensão mais economicista e monetária, que obviamente não contradiz a importância dos instrumentos de avaliação como o

SIGRA, nem os estudos de caso, gostaríamos que refletissem sobre outras dimensões qualitativas como, a qualidade de vida das famílias nos assentamentos, a desconcentração de poder no espaço social onde os assentamentos estão localizados, assim perguntamos, **quais as estratégias de reprodução social que essas famílias têm desenvolvido para permanecer nas áreas? Como tem sido tratado temas que estão na ordem do dia: transição energética e transição agroecológica? Como o debate da titularidade dos lotes tem ressoado nessas áreas?** E, por fim, consideramos importante a preocupação com os instrumentos de avaliação, principalmente para embasar a argumentação acadêmica e qualificar o debate político, contudo, para além da descrição temos que exercitar a imaginação sociológica e trazer para a arena um posicionamento crítico sobre o real e as estratégias para intervir produzindo mudança social (MILLS, Wright, 1975).

Referências:

BOURDIEU, P. Sobre o Estado. Editora Cia das Letras, 2014.

BRICAS, N. et al.. Urbanization issues affecting food systems sustainability. In: BRAND, C. et al. Designing urban food policies. Switzerland: Springer, p.1-25, 2017.

ROSSATO FAGUNDES, J., ANTÔNIO FERRAZ CÁRIO, S., & DA SILVA LEITE, A. L. (2024). Limites à institucionalização da política orgânica e agroecológica catarinense, Brasil. *Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, 11(2), 70–93.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2025. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing high food price inflation for food security and nutrition. Rome.

HADDAD, L. et al. *A new global research agenda for food*. *Nature*, v. 540, 2016.

GRISA, C.; SABOURIN, E.(Org.); ELOY, L.(Org.); MALUF, R.(Org.). *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. 1.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2022.v.1.

HASSENTEUFEL, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale: les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 55, n.1, p. 113-132, 2005.

IPCC. *Climate change 2023. Report*, 2023.

IPCC. *Climate Change and Land*. IPCC, 2019.

IPES Food. *From uniformity to diversity*. IPES Food, 2016.

JASANOFF, S.; KIM, S. *Dreamscapes of modernity: sociotechnical imaginaries and the fabrication of power*. The University of Chicago Press, 2015.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'État em action: Politiques publiques et corporatismes*. Presses Universitaires de France, 1987. <https://excerpts.numilog.com/books/9782130401650.pdf>. Acesso em 30/05/2025.

JONES, M.D.; SHANAHAN, E.; Mcbeth, M.K. *The science of stories*. Londres: Palgrave, 2014.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologie de l'action publique*. 2ª ed. Armand Colin, 2012.

LAWRENCE M. et al. Global polycrisis: the causal mechanisms of crisis entanglement. *Global Sustainability*. 2024

MAHONEY, J.; THELEN, K. A Theory of Gradual Institutional Change. In: Mahoney, J.; Thelen, K. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge University, 2010, p. 1-37.

MULLER, P. *La société de l'efficacité globale*. Paris : Presses universitaires de France, 2015

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement: essai en socio anthropologie du changement social**. Paris: APAD, Karthala, 1995.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SABATIER, P.; WEIBLE, C. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In.: Sabatier, P. A. *Theories of the Policy Process*. Westview Press, 2007.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. IN: II Seminário Internacional "Território rurais, sistemas alimentares, agenda 2030. Mesa Agricultura Familiar, sistemas agroalimentares e ODS: desafios das políticas globais e locais. 2021.

SWINBURN BA, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet*. 2019